

EMENDA № - CMMPV 1301/2025 (à MPV 1301/2025)

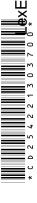
Acrescente-se art. 13-B à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

"Art. 13-B. O cancelamento do vínculo de beneficiário a pedido do consumidor, de plano de qualquer tipo de contratação, deverá ser efetuado pela operadora de forma imediata a partir do recebimento do pedido, podendo ser feito a qualquer tempo sem a necessidade de aviso prévio."

JUSTIFICAÇÃO

A proposta assegura ao beneficiário o direito de cancelar o plano de saúde a qualquer tempo, de forma imediata, mediante simples solicitação à operadora, independentemente da modalidade contratual. Essa medida fortalece a autonomia do consumidor nas relações com as operadoras, eliminando exigências excessivas como aviso prévio ou cumprimento de prazos, que muitas vezes dificultam ou retardam o exercício desse direito. O cancelamento imediato garante transparência, respeita a vontade do titular e evita a cobrança indevida de mensalidades após a decisão de desligamento.

Ao simplificar o procedimento de cancelamento, a norma contribui para **desburocratizar o setor** e harmonizar as regras com os princípios do Código de Defesa do Consumidor, especialmente o direito à liberdade contratual e ao encerramento de vínculo por iniciativa do usuário. A proposta também diminui a judicialização de conflitos relacionados a cobranças indevidas e contratos inativos, ao estabelecer uma regra clara e de aplicação uniforme. Trata-se, portanto, de um





aperfeiçoamento necessário para garantir mais equilíbrio, segurança e respeito ao consumidor na saúde suplementar.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

Deputado Duarte Jr. (PSB - MA)

